



Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Pilar 3

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

2º Trimestre de 2026

Índice

1. Objetivo	4
2. Apresentação	4
3. Gerenciamento de riscos e indicadores prudenciais	5
3.1 Estrutura de Gerenciamento de Riscos	5
3.2 Estrutura de Gerenciamento de Capital	6
3.3 Patrimônio de Referência (PR)	7
3.4 Indicadores de Adequação do Capital	7
3.5 Adicional de Capital Principal	8
3.6 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	9
3.7 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	10
3.8 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	10
4. Composição do capital	11
4.1 CCA: Principais características dos instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)	11
4.2 CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)	12
4.3 CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial	16
5. Indicadores macroprudenciais	17
5.1 CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico	17
6. Razão de Alavancagem (RA)	17
6.1 LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)	17
6.2 LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem	18
7. Risco de Crédito	18
7.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito	18
7.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições	20
7.3 CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal	20
7.4 CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	20
7.5 CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	21
7.6 CR5: Abordagem padronizada - segregação de exposições por contraparte e por fator de ponderação de risco (FPR)	22
8. Risco de Crédito de Contraparte (CCR)	25
8.1 CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	25
8.2 CCR3: Abordagem padronizada – segregação das exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco	25
8.3 CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	26



8.4 CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito 26

8.5 CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais.....27

9. Risco de Mercado 27

9.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado 27

9.2 Carteira de Negociação 28

9.3 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado 29

9.4 Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária 29

1. Objetivo

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a divulgação do relatório de Pilar 3, apresentamos o relatório do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob com as informações requeridas pelo BCB.

A Resolução BCB nº 54/2020 define o escopo, o formato e a periodicidade de divulgação das informações. Neste relatório, as informações estão organizadas em tabelas com formato fixo e flexível, com o objetivo de manter a comparabilidade entre as instituições, reduzir a assimetria de informações e fomentar a disciplina de mercado.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital apresenta a especificação das informações que devem ser divulgadas, as diretrizes e as responsabilidades das áreas envolvidas no processo de elaboração e divulgação do relatório, bem como a responsabilidade dos controles internos, visando garantir a fidedignidade das informações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

As informações deste relatório têm como base o trimestre findo em 30 de junho de 2026.

2. Apresentação

Para compreensão das estruturas de gerenciamento integrado de riscos e de capital do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, é necessário o entendimento de conceitos básicos utilizados na organização sistêmica na qual o Banco Sicoob está inserido, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob).

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob. Suas atividades são orientadas para manutenção de um relacionamento estreito, cordial e transparente com as cooperativas, atendendo suas necessidades e buscando a melhoria contínua de processos.

No que se refere ao gerenciamento integrado de riscos e ao gerenciamento de capital, o Banco Sicoob opera como unidade independente das cooperativas, exercendo funções específicas, mas aderentes às políticas sistêmicas do Sicoob. Essas políticas são detalhadas em manuais que documentam procedimentos, papéis e responsabilidades, incluindo os prestadores de serviços terceirizados.

O Banco Sicoob é a entidade responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital do seu conglomerado prudencial, demais empresas controladas e fundação patrocinada.

O conglomerado prudencial é composto pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Sicoob Administradora de Consórcios Ltda., Sicoob Soluções de Pagamento Ltda, Sicoob Participações em Seguridade S.A. – SicoobPar, e ainda, pelo Sicoob Agências Fundo de Investimento Imobiliário, pelo fato deste último possuir característica de retenção substancial de riscos e benefícios.

O Banco Sicoob adota documento formal e sistemas de controle específicos de delegação de alçadas, como componente do processo de definição de apetite por riscos. O documento determina as alçadas para a realização de operações e

processos entre os diversos níveis da estrutura organizacional e funcional da instituição no que se refere, principalmente, mas não exclusivamente, às operações de crédito, compra e venda de títulos e valores mobiliários, gestão administrativa e liquidação financeira.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR) são disseminadas na instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no Gerenciamento Integrado de Riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

3. Gerenciamento de riscos e indicadores prudenciais

3.1 Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

As estruturas de gerenciamento de riscos são compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações entre os riscos considerados relevantes.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gestão de riscos no conglomerado.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha: controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) 2ª linha: áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;
- c) 3ª linha: avaliação independente pela auditoria interna.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e o Comitê de Riscos (Coris) é

responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Os auditores independentes, reguladores e outros órgãos externos desempenham papel importante na estrutura unificada de gerenciamento de riscos, a partir dos processos de auditoria e supervisão das atividades da instituição.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS).

O modelo de gerenciamento de riscos prevê a identificação dos riscos inerentes a novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da instituição, estratégias de proteção (hedge) e iniciativas de assunção de riscos, reorganizações societárias significativas e alteração nas perspectivas macroeconômicas.

3.2 Estrutura de Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é coordenado pela Diretoria Financeira e Administrativa, centralizado na área de Planejamento Financeiro, a qual é apoiada pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap) visando garantir a sinergia, uniformidade e visão sistêmica.

O gerenciamento de capital do Banco Sicoob é realizado de forma integrada com as demais diretorias, cujos processos, procedimentos e políticas estão definidos em normativos internos.

Compõem o Cocap as seguintes áreas: estratégia e gestão, gestão integrada de riscos, administração e contabilidade, e planejamento financeiro.

A estrutura de gerenciamento de capital é um processo contínuo que busca:

- a) realizar o monitoramento e controle do capital pelos órgãos de governança corporativa;
- b) avaliar as necessidades de capital em face dos riscos aos quais o Banco Sicoob está exposto, bem como realizar simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e seus impactos no capital regulamentar;

- c) planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco Sicoob para o horizonte mínimo de três anos;
- d) adoção de postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) comunicação tempestiva com os acionistas para negociar o alcance das metas de capitalização do conglomerado Banco Sicoob.

O Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes, de forma a manter capital compatível com os riscos incorridos pelo conglomerado.

Adicionalmente, dispõe de um plano de capital que prevê as metas e projeções de capital, as principais fontes de capital e o plano de contingência de capital.

O plano de capital está alinhado às diretrizes estratégicas e de capital do Sicoob para o horizonte de 3 (três) anos, possui periodicidade de revisão semestral e acompanhamento trimestral pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap) e pela Diretoria Executiva.

São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados são apresentados, semestralmente, à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela auditoria interna.

3.3 Patrimônio de Referência (PR)

Em conformidade com as Resoluções CMN 4.955/2021, além de regulamentações complementares, o Conglomerado Banco Sicoob mantém Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos inerentes às suas atividades. O processo de Adequação do Patrimônio de Referência é acompanhado para atendimento aos requerimentos regulatórios e gestão estratégica da instituição.

O PR é composto pelo Nível I e Nível II, sendo parâmetro para fins de monitoramento e de verificação do cumprimento dos limites operacionais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), onde:

- Nível I – composto pelo somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- Nível II – composto por instrumentos elegíveis a capital, basicamente dívidas subordinadas, sujeitos a limitações prudenciais.

O PR é apurado em bases consolidadas:

- Conglomerado Prudencial – consolidado das empresas controladas pelo Banco Sicoob, que são regulamentadas pelo BCB (Banco Sicoob, Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios, Sicoob Pagamentos) e os Fundos de Investimento (Previdenciário e Imobiliário).

3.4 Indicadores de Adequação do Capital

O BCB estabelece os limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, que são monitorados pela apuração do Índice de Basileia (IB), Índice de Nível I (IN1) e Índice de Capital Principal (ICP), conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.958/2021.

3.5 Adicional de Capital Principal

As parcelas de adicional de capital regulamentar visam garantir que os bancos tenham reserva de capital suficiente para enfrentar momentos de crise, reduzindo potencial impacto sistêmico indesejável na economia.

O Adicional de Capital Principal (ACP) passou a vigorar a partir de janeiro de 2016, sendo aplicado de acordo com as Circulares BCB 3.768/2015 e 3.769/2015.

3.6 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais



Tabela KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Frequência: Trimestral

Data de Atualização: 30/06/2026

		R\$ mil				
		a	b	c	d	e
		jun-26	mar-26	dez-25	set-25	jun-25
Capital regulamentar						
1	Capital Principal	6.909.778	6.092.703	5.889.401	5.555.740	5.417.076
Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo:						
1a	- art. 4º, caput, inciso I, alínea "i", e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou - art. 3º, caput, inciso I, alínea "i", §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022.	6.905.797	6.088.722	5.882.653	5.548.992	5.410.328
2	Nível I	7.517.092	6.726.256	6.497.954	6.190.000	6.024.247
2a	Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	7.513.111	6.722.275	6.491.206	6.183.252	6.017.498
3	Patrimônio de Referência (PR)	7.517.092	6.726.256	6.497.954	6.190.000	6.024.247
3a	Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	7.513.111	6.722.275	6.491.206	6.183.252	6.017.498
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3b1	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
3c	Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)						
4	RWA total	37.043.370	37.432.379	33.837.545	32.724.452	32.619.936
RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.						
4b		37.039.389	37.428.399	33.830.796	32.717.704	32.613.188
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	18,65%	16,28%	17,40%	16,98%	16,61%
Índice de Capital Principal (ICP) considerando:						
5a	- Numerador: corresponde à linha 1a	18,64%	16,27%	17,39%	16,96%	16,59%
	- Denominador: corresponde à linha 4b					
6	Índice de Nível 1 (%)	20,29%	17,97%	19,20%	18,92%	18,47%
Índice de Nível 1, considerando:						
6a	- Numerador: corresponde à linha 2a	20,28%	17,96%	19,19%	18,90%	18,45%
	- Denominador: corresponde à linha 4b					
7	Índice de Basileia	20,29%	17,97%	19,20%	18,92%	18,47%
Índice de Basileia, considerando:						
7a	- Numerador: corresponde à linha 3a	20,28%	17,96%	19,19%	18,90%	18,45%
	- Denominador: corresponde à linha 4b					
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPCContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	ACP total (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	11,65%	9,28%	10,40%	9,98%	9,61%
12a	Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	11,64%	9,27%	10,39%	9,96%	9,59%
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	226.119.756	207.015.532	196.333.101	204.174.769	189.918.779
Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.						
13a		226.115.775	207.011.552	196.326.353	204.168.021	189.912.031
14	RA (%)	3,32%	3,25%	3,31%	3,03%	3,17%
RA considerando:						
14a	i. Numerador: corresponde à linha 2a	3,32%	3,25%	3,31%	3,03%	3,17%
	ii. Denominador: corresponde à linha 13a					
Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
16	Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
17	LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

3.7 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Conforme a Resolução CMN 4.958/2021, que trata dos cálculos dos requerimentos mínimos e do adicional de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), correspondente à soma das seguintes exposições:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Sendo:

Risco de Crédito

- RWA_{CPAD} – relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco de Mercado

- RWA_{MPAD} – relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco Operacional

- RWA_{OPAD} – relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

As metodologias utilizadas pelo Banco Sicoob para a alocação de capital estão em conformidade com a regulamentação em vigor, sendo parte do processo de avaliação da adequação do PR, objetivando apurar a exigência de capital suficiente para cobertura dos riscos inerentes às suas atividades.

3.8 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

SICOOB			
Tabela OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)			
Frequência: Trimestral			
Data de Atualização: 30/06/2026			
	R\$ mil		
	a	b	c
	RWA		Requerimento mínimo de PR
	jun-26	mar-26	jun-26
1 Risco de crédito em sentido estrito	27.938.463	28.947.253	2.235.077
2 Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	27.938.463	28.947.253	2.235.077
3 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
5 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
6 Risco de crédito de contraparte (CCR)	19.367	12.759	1.549
7 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	NA	NA	NA
7a Do qual: requerimento calculado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9 Do qual: mediante demais abordagens	19.367	12.759	1.549
12 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	8	1.827	1
13 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	0	0	0
14 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	0	0	0
16 Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	0	0	0
20 Risco de mercado	536.682	381.003	42.935
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	536.682	381.003	42.935
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-
24 Risco operacional	4.934.380	4.934.380	394.750
1 Risco de Pagamentos (RWASP)	1.897.224	1.823.124	151.778
25 Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	1.717.246	1.332.034	137.380
29 Total	37.043.370	37.432.379	2.963.470

4. Composição do capital

4.1 CCA: Principais características dos instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)

A tabela CCA está disponível em <http://www.sicoob.com.br/web/relacaocooperados/publicacoes>, na seção “Gerenciamento de Riscos e de Capital” no formato de planilha no arquivo Anexo I - Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - 2º Trimestre_2026.

4.2 CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)



Tabela CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 30/06/2026

		a	R\$ mil b
		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	6.198.490	(a)
2	Reservas de lucros	766.990	(b)
3	Outras receitas e outras reservas	20.334	(c)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	4.763	(d)
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	6.990.577	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	
9	Ativos intangíveis	78.601	(e)
	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de		
10	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-	
	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos		
11	utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	-	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	
	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o		
16	Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	415	(f)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em		
	Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do		
18	Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em		
	Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do		
19	Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de		
21	diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	

23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	1.783	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	(1.783)	(g)
	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital		
27	Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	80.799	
29	Capital Principal	6.909.778	
	Capital Complementar: instrumentos		
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	607.314	(h)
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	-	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	607.314	
	Capital Complementar: deduções regulatórias		
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	
44	Capital Complementar	607.314	
45	Nível I	7.517.092	

Nível II: instrumentos		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	-	
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
51	Nível II antes das deduções regulatórias	-	
Nível II: deduções regulatórias			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	
58	Nível II	-	
59	Patrimônio de Referência	7.517.092	
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	37.043.370	
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61	Índice de Capital Principal (ICP)	18,65%	
62	Índice de Nível I (IN1)	20,29%	
63	Índice de Basileia (IB)	20,29%	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	2,50%	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,50%	
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,00%	
67	do qual: Adicional de Importância Sistemática de Capital Principal - ACPSistêmico	0,00%	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	11,65%	

Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	251.187	(i)
75	Valor total, sujeito à ponderação de risco, de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	435.711	(j)

Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-	

4.3 CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial



Tabela CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 30/06/2026

R\$ mil

	a	b	c
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
Ativo			
Disponibilidades	748.502	-	
Instrumentos Financeiros	219.306.247		
Ativos financeiros ao Custo Amortizado	210.958.628	-	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	53.858.318	-	
Títulos e valores mobiliários	60.017.465	-	
Operações de Crédito	26.336.687	-	
Outros créditos	1.454.156	-	
Transações de pagamento	24.934.774	-	
Depósitos compulsórios no Banco Central	6.289.880	-	
Outros ativos financeiros	37.915.591	-	
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	151.757	-	
Títulos e valores mobiliários	151.757	-	
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados	8.347.619	-	
Títulos e valores mobiliários	8.347.619	-	
Outros Ativos	1.745.062	-	
Outros Ativos	1.745.062	-	
Créditos Tributários	779.568	435.711	(j)
Investimentos	260.169	-	
Controladas e coligadas	251.187	251.187	(i)
Propriedades para Investimento	8.982	-	
Imobilizado	473.785	-	
Imobilizado de uso	902.647	-	
(-) Depreciações acumuladas	(428.862)	-	
Intangível	78.601	78.601	
Direitos de uso de software	190.266	190.266	(e)
(-) Amortizações acumuladas	(111.665)	(111.665)	(e)
Total de ativos	223.391.934	514.312	
Passivo			
Passivos financeiros ao Custo Amortizado	211.664.439	607.314	
Depósitos	146.713.060	-	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.901.845	607.314	(h)
Obrigações por operações compromissadas	10.057.697	-	
Obrigações por empréstimos e repasses	19.046.144	-	
Transações de pagamentos	4.437.665	-	
Outros	19.508.028	-	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.025	-	
Instrumentos financeiros derivativos	6.025	-	
Provisões	1.216.466	-	
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	176.542	-	
Provisões para pagamentos a efetuar	992.310	-	
Provisões para contingências	47.614	-	
Obrigações fiscais	381.910	-	
Impostos correntes	364.057	-	
Outras obrigações fiscais diferidas	17.853	-	
Outros passivos	3.132.933	-	
Obrigações sociais e estatutárias	20.400	-	
Obrigações fiscais e previdenciárias	54.843	-	
Outras obrigações	3.057.690	-	
Total de passivos	216.395.748	607.314	
Patrimônio líquido			
Patrimônio Líquido	6.990.162	6.990.162	
Capital social	6.198.490	6.198.490	(a)
Reservas de capital	1.732	1.732	(c)
Reserva de lucro	662.725	662.725	(b)
(-) Ações em tesouraria	(415)	(415)	(f)
(+/-) Lucros ou prejuízos acumulados	103.264	103.264	(b)
Outros resultados abrangentes	18.602	18.602	(c) (g)
Participação de acionistas não controladores	5.764	5.764	(b) (d) (g)
Patrimônio líquido total	223.385.910	7.597.476	

5. Indicadores macroprudenciais

5.1 CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico

SICOOB				
Tabela CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico				
Frequência: Semestral				
Data de Atualização: 30/06/2026				
R\$ mil				
a	b	c	d	e
ACCPi	Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACPContracíclico	RWACPrNB	Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACPContracíclico
Jurisdição				
Brasil	-	423.235	28.277.041	
Subtotal		423.235	28.277.041	
Total		423.235	28.277.041	-

6. Razão de Alavancagem (RA)

6.1 LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

SICOOB	
Tabela LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)	
Frequência: Semestral	
Data de Atualização: 30/06/2026	
R\$ mil	
jun-26	
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil
1+2	Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.
4	Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos
5	Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial
7	Outros ajustes
8	Exposição Total
	223.391.934
	-
	223.391.934
	22.074
	48.179
	4.822.865
	(2.165.297)
	226.119.755

6.2 LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem



Tabela LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Frequência: Trimestral

Data de Atualização: 30/06/2026

	R\$ mil	
	a	b
	jun-26	mar-26
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
1 Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	175.697.353	161.539.949
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(78.601)	(86.405)
3 Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	175.618.752	161.453.544
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
4 Valor de reposição em operações com derivativos	738	2.805
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	22.074	14.713
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há		
8 obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	-	-
9 Valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
10 Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	22.812	17.518
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
12 Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	45.607.148	41.022.032
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	48.179	23.270
15 Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	-	-
16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	45.655.327	41.045.302
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	43.045.520	40.625.949
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(38.222.655)	(36.126.780)
19 Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	4.822.865	4.499.169
Capital e Exposição Total		
20 Nível I	7.517.092	6.726.256
21 Exposição Total	226.119.756	207.015.532
Razão de Alavancagem (RA)		
22 Razão de Alavancagem (%)	3,32%	3,25%

7. Risco de Crédito

7.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perda associada a:

- a) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;

- b) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- c) reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- d) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- e) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- f) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito e o cumprimento das estratégias;
- g) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- h) informações gerenciais periódicas para as entidades do conglomerado;
- i) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- j) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação, com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- k) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da instituição;
- l) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- m) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais, a formação de comitês específicos e independentes e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade.

7.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições

SICOOB						
Tabela CR1: Qualidade creditícia das exposições						
Frequência: Semestral						
Data de Atualização: 30/06/2026						
						R\$ mil
	a	b	c	d	f	g
	Valor Bruto					
	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos	Provisões	Provisões. Dos quais: RWACPAD	Provisões. Dos quais: RWACIRB	Valor Líquido
1 Concessão de crédito	1.370.459	79.850.634	567.703	567.703	-	80.653.389
2 Títulos de dívida	-	76.192.170	3.980	3.980	-	76.188.190
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	65.292.430	-	-	-	65.292.430
2b dos quais: outros títulos	-	10.899.740	3.980	3.980	-	10.895.760
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	899.992	41.917.247	176.202	176.202	-	42.641.037
4 Total	2.270.450	197.960.051	747.885	747.885	-	199.482.617

7.3 CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

SICOOB		
Tabela CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos		
Frequência: Semestral		
Data de Atualização: 30/06/2026		
		R\$ mil
		jun-26
		Total
1	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	1.519.832
2	Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	1.215.280
3	Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	(124.713)
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	(63.846)
5	Outros ajustes	(276.103)
6	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente	2.270.450

7.4 CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito

SICOOB					
Tabela CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito					
Frequência: Semestral.					
Data de Atualização: 30/06/2026					
					R\$ mil
	a	b	c	d	e
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias fidejussórias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
1 Concessão de crédito	21.882.651	939.114	-	939.114	-
2 Títulos de dívida	646.674	-	-	-	-
I Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	4.470.024	-	-	-	-
II Demais operações	-	-	-	-	-
3 Total	26.999.349	939.114	-	939.114	-
4 dos quais: ativos problemáticos	558.074	15.437	-	15.437	-

7.5 CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito



Tabela CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Frequência: Semestral.

Data de Atualização: 30/06/2026

Categorias	R\$ mil					
	a	b	c	d	e	f
	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA	
	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	RWA	Densidade de RWA [e/(c+d)]
1 Governos centrais e respectivos bancos centrais	12.095.885	-	12.095.885	-	423.235	3,50%
2 Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	0,00%
3 Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	0,00%
4 Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	102.822.784	640.219	91.001.323	274.207	8.377.870	9%
5 Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	0,00%
6 Pessoas jurídicas não financeiras	-	-	-	-	-	0,00%
6.1 Dos quais: Financiamentos especializados	318.035	-	64.812	-	64.812	100,00%
6.2 Dos quais: outros	15.681.702	14.076.938	9.742.465	1.647.373	3.361.432	30%
7 Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	10.345	-	10.345	-	28.965	280,00%
8 Exposições de varejo	25.310.593	46.107	8.171.147	46.107	7.567.057	92%
9 Exposições garantidas por imóveis	-	-	-	-	-	0,00%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	-	-	-	-	0,00%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	0,00%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	1.235.243	-	1.235.243	-	327.001	26,47%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	-	-	-	-	0,00%
9.5 Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	-	0,00%
10 Ativos Problemáticos	1.105.978	900.202	397.603	90.205	573.510	118%
11 Outros ativos	19.115.167	27.503.804	13.416.609	2.764.973	7.214.581	45%
12 Total	177.695.732	43.167.270	136.135.431	4.822.865	27.938.463	20%

7.6 CR5: Abordagem padronizada - segregação de exposições por contraparte e por fator de ponderação de risco (FPR)

SICOOB

Tabela CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 30/06/2026

		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
		0%	20%	50%	100%	150%	Outros	
1	Governos centrais e respectivos bancos centrais	9.979.712	-	-	-	-	2.116.173	12.095.885

		Fator de ponderação de risco (FPR)					Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
		20%	50%	100%	150%	Outros		
2	Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-

		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
		0%	20%	30%	50%	100%	150%		Outros
3	Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-

		Fator de ponderação de risco (FPR)							Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
		20%	30%	40%	50%	75%	100%	150%		Outros
4	Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	36.038.006	4.203	10.711.937	-	-	-	591.672	56.117.185	103.463.003

		Fator de ponderação de risco (FPR)							Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
		10%	15%	20%	25%	35%	50%	100%		Outros
5	Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

		Fator de ponderação de risco (FPR)										Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
		20%	50%	65%	75%	80%	85%	100%	130%	150%	Outros		
6	Pessoas jurídicas não financeiras	-	-	-	-	-	-	15.117.345	14.959.330	-	-	-	30.076.675
I	Dos quais: Financiamentos especializados	-	-		-	-	-		318.035	-	-	-	318.035
II	Dos quais: outros	-	-	-	-			15.117.345	14.641.295		-	-	29.758.640



Fator de ponderação de risco (FPR)						
	100%	150%	250%	400%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
7 Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	-	-	-	-	10.345	10.345

Fator de ponderação de risco (FPR)					Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
100%	150%	400%	Outros		
8 Exposições de varejo	-	-	-	25.356.700	25.356.700

		Fator de ponderação de risco (FPR)																			Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
		0%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	60%	65%	70%	75%	85%	90%	100%	105%	110%	150%	Outros	
9	Exposições garantidas por imóveis	-	370.734	212.295	612.057	-	39.614	-	313	-	-	230	-	-	-	-	-	-	-	-	1.235.243
III	Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	370.734	212.295	612.057		39.614		313		-	230	-	-		-			-	-	1.235.243
	Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	370.734	212.295	612.057		39.614		313		-	230	-	-		-			-	-	1.235.243
III.a	Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	370.734	212.295	612.057		39.614		313		-	230	-	-		-			-	-	1.235.243
III.b	Das quais: outras	-	-	-	-		-		-		-	-	-	-		-			-	-	-
IV	Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis				-	-		-		-			-			-			-	-	-
	Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-		-		-		-		-		-	-		-			-	-	-
V	Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	-		-		-		-		-		-	-		-			-	-	-
V.a	Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	-		-		-		-		-		-	-		-			-	-	-
V.b	Das quais: outras	-	-		-		-		-		-		-	-		-			-	-	-
VI	Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis											-						-	-	-	-
	Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários																				-

		Fator de ponderação de risco (FPR)				
		50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
10	Ativos Problemáticos	151.802	4.024	1.850.353.378	155.670.318	2.006.179.523

		Fator de ponderação de risco (FPR)					
		0%	20%	100%	1250%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
11	Outros ativos	9.031.497	-	32.004.627	-	5.582.847	46.618.971

Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

		a	b	c	d
Fator de ponderação de risco (FPR)		Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio* (ponderado pelo FPR)	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
1	Menor que 40%	113.858.954	622.908	10%	113.921.245
2	40 - 70%	10.898.328	5.568	26%	10.899.752
3	0,75	25.310.593	46.107	35%	25.326.878
4	80% - 85%	5.176.750	9.940.595	32%	8.400.343
5	90 - 100%	15.338.183	31.629.799	41%	28.248.892
6	105 - 130%	549.935	-	0%	549.935
7	1,5	6.552.644	922.293	70%	7.199.087
8	2,5	10.345	-	0%	10.345
9	4	-	-	0%	-
10	12,5	-	-	0%	-
11	Exposição total	177.695.732	43.167.270	36%	194.556.476

* Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

8. Risco de Crédito de Contraparte (CCR)

8.1 CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

SICOOB

Tabela CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada
Frequência: Semestral
Data de Atualização: 30/06/2026

R\$ mil					
	a	b	d	e	f
	Valor de reposição	Exposição potencial futura	Alpha empregado no cômputo da EAD regulatória	EAD pós-mitigação	RWA
1 Abordagem SA-CCR	-	-	1.4	-	-
1.1 Abordagem CEM	-	-		-	-
3 Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				55.713.024	18.951
4 Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-
6 Total					18.951

8.2 CCR3: Abordagem padronizada – segregação das exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

SICOOB

Tabela CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco
Frequência: Semestral
Data de Atualização: 30/06/2026

R\$ mil										
Contraparte	Fator de ponderação de risco (FPR)									
	a	b	c	d	d1	e1	f	g	h	i
	0%	10%	20%	50%	65%	85%	100%	150%	Outros	Total
Governos centrais e respectivos bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	-	-	7.307	-	-	-	11.645	-	-	18.951
Pessoa jurídica não financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contrapartes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	7.307	-	-	-	11.645	-	-	18.951

8.3 CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte



Tabela CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 30/06/2026

	R\$ mil					
	a		b		c	
	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte		Colaterais financeiros associados a operações comprometidas e de empréstimo de ativos	
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição	Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte
Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	-	-
Depósitos – outras moedas	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos federais	-	-	-	-	18.951	-
Títulos emitidos por governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-	-
Outros colaterais	416	-	-	-	-	-
Total	416	-	-	-	18.951	-

8.4 CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito



Tabela CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 30/06/2026

	R\$ mil	
	a	b
	Risco transferido	Risco recebido
Valor Nocional	-	-
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	-	-
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	-	-
Swaps de taxa de retorno total	-	-
Valor de nocional total	-	-
Valor Justo	-	-
Valor justo positivo (ativo)	-	-
Valor justo negativo (passivo)	-	-

O Banco Sicoob não possui exposição em derivativos de crédito.

8.5 CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais



Tabela CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 30/06/2026

		R\$ mil	
		a	b
		Exposição após mitigação	RWA
1	Exposições a QCCPs (total)		416
2	Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	-	-
3	(i) Derivativos de balcão	-	-
4	(ii) Derivativos padronizados	4.831.338	416
5	(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
I	(iv) Demais operações	-	-
7	Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	
8	Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	-
9	Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
10	Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
11	Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
12	Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
13	(i) Derivativos de balcão	-	-
14	(ii) Derivativos padronizados	-	-
15	(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
II	(iv) Demais operações	-	-
17	Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	-
18	Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
19	Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
20	Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por CCPs não qualificadas	-	-

9. Risco de Mercado

9.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) valor em risco (*Value at Risk* – VaR);
 - a.2) limites máximos de risco de mercado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de mercado;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado;
- d) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de mercado.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle de risco de mercado adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco de mercado, abrangendo a totalidade das posições do conglomerado Banco Sicoob.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de mercado, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

Para o cálculo das parcelas de risco de mercado RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} , RWA_{JUR4} , RWA_{CAM} , RWA_{COM} , RWA_{ACS} e RWA_{DRC} são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading).

São realizados testes de estresse diários, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

9.2 Carteira de Negociação

As empresas que compõem o conglomerado prudencial, com exceção do Banco Sicoob, não possuem operações na carteira de negociação, nem derivativos.

O Banco Sicoob mantém carteira de negociação (*trading*), referente a aplicações em fundos de investimento e moeda estrangeira (dólar).

9.3 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado



Tabela MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Frequência: Trimestral

Data de Atualização: 30/06/2026

		R\$ mil	
		RWA_{MPAD}	
		jun-26	mar-26
1	Taxas de juros	29.200	19.765
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	4.100	3.392
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	25.100	16.374
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	-	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	-	-
2	Preços de ações (RWA_{ACS})	-	-
3	Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	507.481	361.238
4	Preços de mercadorias (RWA_{COM})	-	-
5	RWA_{DRC}	-	-
6	RWA_{CVA}	-	-
9	Total	536.682	381.003

O aumento de R\$ 150 milhões no RWA_{CAM} comparado com o trimestre anterior, ocorreu devido ao crescimento das operações de linhas de crédito de financiamento de comércio exterior.

9.4 Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária

As posições em derivativos têm como principal função o hedge dos riscos das carteiras de negociação e bancária dos principais fatores de risco (câmbio e taxa de juros).



SICOOB Informações quantitativas dos derivativos classificados nas carteiras de negociação e bancária Frequência: Trimestral Data de Atualização: 30/06/2026 R\$ mil				
Derivativos no Brasil - Com Contraparte Central				
	jun-26		mar-26	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Ações e Índices	-	-	-	-
Câmbio	-	(334.671)	-	(249.503)
Taxa de juros	334.671	(4.830.596)	249.503	(2.690.017)
Commodities	-	-	-	-

O aumento de R\$ 2,2 bilhões na exposição vendida de taxa de juros, ocorreu em função das novas operações de hedge com o objetivo de mitigar os riscos de oscilações da taxa de juros da carteira bancária.